

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. OLAVO NA MESA REDONDA SOBRE "PARTIDOS
POLÍTICOS E A CRISE ATUAL", na FOLHA DE SÃO PAULO, A CONVITE DO
Sr, ANDRÉ SINGER.

MESA REDONDA

17.10.80

Folha de São Paulo

roteiro para mesa-redonda

As maiores conquistas que a abertura política nos proporcionou, até agora, foram a explicitação da linguagem política e a ampliação de um saudável debate que envolve todos os segmentos de nossa sociedade. Desde o momento em que as lideranças sociais mobilizaram-se em torno de um esforço conjunto de lutar pela construção de uma ordem verdadeiramente democrática, ficou mais fácil identificar nossos problemas fundamentais e encaminhar soluções legitimadas por um amplo consenso popular.

Por isso mesmo, hoje, a idéia de crise não é mais tão ambígua, como antes. Todos sabemos que existe uma crise nitidamente política, decorrente de um regime que se viu obrigado a liberalizar-se sem querer perder suas prerrogativas autoritárias. Basta ver os fatos: enquanto a sociedade se movimenta no caminho da conquista de liberdades públicas, os detentores do poder ainda se pautam por uma retórica democratizante e por uma ação política conservadora, recusando-se a aceitar, por exemplo, um Legislativo mais atuante e independente. Do mesmo modo, todos também sabemos que há uma crise essencialmente econômica, que encontra no nosso estrangulamento energético um poderoso fator de endividamento externo e inflacionário.

Somente no contexto dessas duas crises é que podemos compreender o papel do sistema partidário. Afinal, o destino do país não pertence a um grupo de tecnocratas distante do crivo da opinião pública, mas a todos brasileiros. E, se de um lado temos consciência de que uma política econômica capaz de estabilizar a moeda, controlar a dívida externa e evitar o desemprego exige inúmeros sacrifícios, de outro temos a certeza de que não atingiremos a ordem democrática se não houver um mínimo de equidade na distribuição dos encargos.

Eis aí, a meu ver, a grande responsabilidade que os novos partidos têm de enfrentar: o de canalizar os anseios sociais, propondo alternativas para ambas as crises. Afinal, elas não podem ser resolvidas isoladamente, na medida em que as dificuldades eco-

nômicas estão profundamente ligadas aos problemas políticos - e o fracasso de uma programação econômica traz profundas consequências para uma estratégia política, e vice-versa. Portanto, o desafio que os novos partidos têm de vencer é o de acelerar um processo de negociação destinado a integrar a sociedade civil com o Estado, o que exige uma prática política atuante, eleições diretas, parlamentos revigorados.

Tal negociação, evidentemente, não é fácil. Seu sucesso está condicionado a dois pressupostos: de um lado, ao respeito recíproco de todas as lideranças. E, de outro, à percepção de que as possíveis soluções somente poderão ser encontradas dentro da limitação da geração de riquezas que o país enfrenta, em virtude do seu estrangulamento energético. Nesse sentido, os partidos são imprescindíveis, uma vez que podem garantir esse respeito recíproco através de programas doutrinários coerentes e viabilizar apenas as reivindicações sociais exequíveis, num quadro de dificuldades. Somente os partidos - insisto nesta idéia - têm condições de evitar que o problema da preservação de um consenso em torno de interesses públicos não se afaste das questões sociais. Em caso contrário, veremos ampliado o fosso que separa nosso desenvolvimento econômico de nosso desenvolvimento político.

O partido a que pertenço, o PP, sabe que o exercício de uma democracia exige o fortalecimento das instituições e não apenas sua regulamentação formal. Tem consciência de que não conseguiremos construir um Estado de Direito legítimo sem uma reforma social. E está convencido de que, sem mecanismos políticos de controle do poder, do nível municipal ao federal, os falsos profetas das soluções utopicamente perfeitas conduzirão o país a um novo período sombrio. A proposta ideológica de meu partido é clara: ele se apresenta à sociedade numa perspectiva liberal moderna e consequente, a favor de uma economia de mercado e da livre manifestação do pensamento, advogando o adensamento dos elos de representação e o fortalecimento de todas as associações políticas.

Em suma: como a liberdade não existe sem luta, e como a democracia sempre está em permanente construção, somente partidos representativos e ideologicamente consistentes podem propor acordos e soluções que, ao invés de se esgotarem no jogo das aparências, tenham condições de mudar a realidade. Enfrentar o desafio de organizar essas fortes agremiações, mesmo sofrendo as pressões daqueles que se valem de cargos públicos para consolidar prerrogativas ilegítimas, é uma tarefa de todos nós - conscientes que estamos - de que as garantias liberais são o melhor ponto de partida para uma conquista que vise universalizar, na sociedade brasileira, o ideal democrático.